

NEWSLETTER DIGESTO N.º 11/2017

Disponibilização: 05 de junho de 2017

Período abrangido: 22 de maio a 02 de junho de 2017



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Administração Interna
 - Forças de Segurança
 - Segurança Interna
 - Proteção Civil
2. Administração Local
3. Agricultura / Pescas
 - Agricultura
 - Pescas
4. Ambiente
5. Assuntos Europeus
6. Cultura
7. Educação
8. Energia
9. Finanças
10. Justiça
11. Regiões Autónomas
 - Açores
 - Madeira

- 12. Saúde
- 13. Segurança Social
- 14. Trabalho

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- FORÇAS DE SEGURANÇA

[Portaria n.º 167/2017, de 22 de maio](#)
(Administração Interna)

Aprova o Regulamento Geral de Atribuição de Casas de Habitação Social dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana (SSGNR).

- SEGURANÇA INTERNA

[Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria o Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional.

- PROTEÇÃO CIVIL

[Lei n.º 38/2017, de 02 de junho](#)
(Assembleia da República)

Altera (terceira alteração) o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental.

2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

[Lei n.º 18/2017, de 23 de maio](#) (Assembleia da República)

Altera os limites territoriais entre a Freguesia de Seixo de Manhoses e a União de Freguesias de Valtorno e Mourão e a União de Freguesias de Candoso e Carvalho de Egas.

[Lei n.º 19/2017, de 23 de maio](#) (Assembleia da República)

Altera a denominação da «União das Freguesias de Santarém (Marvila), Santa Iria da Ribeira de Santarém, Santarém (São Salvador) e Santarém (São Nicolau)», no município de Santarém, para «União de Freguesias da cidade de Santarém».

[Lei n.º 20/2017, de 23 de maio](#) (Assembleia da República)

Altera a denominação da «Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo», no município de Marco de Canaveses, para «Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo».

[Lei n.º 21/2017, de 23 de maio](#) (Assembleia da República)

Altera a denominação da Freguesia de Santiago dos Velhos, no município de Arruda dos Vinhos, para Freguesia de S. Tiago dos Velhos.

[Lei n.º 33/2017, de 02 de junho](#)
(Assembleia da República)

Altera os limites territoriais das freguesias do município de Valongo.

[Lei n.º 34/2017, de 02 de junho](#)
(Assembleia da República)

Altera a denominação da freguesia de «Rua», no concelho de Moimenta da Beira, para «Vila da Rua».

[Lei n.º 35/2017, de 02 de junho](#)
(Assembleia da República)

Procede à alteração dos limites territoriais das freguesias de Águas Santas e Rio Tinto dos concelhos da Maia e de Gondomar.

3. AGRICULTURA / PESCAS

- AGRICULTURA

[Portaria n.º 184/2017, de 31 de maio](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Procede à quinta alteração à Portaria n.º 230/2014, de 11 de novembro, que estabelece o regime de aplicação da ação 3.2, «Investimento na exploração agrícola», e da ação 3.3, «Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas», ambas da medida 3, «Valorização da produção agrícola», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

- **PESCAS**

[Portaria n.º 172/2017, de 25 de maio](#)

(Mar)

Estabelece um regime participado de gestão e acompanhamento da pescaria com arte-xávega.

4. AMBIENTE

[Portaria n.º 173/2017, de 26 de maio](#)

(Defesa Nacional e Ambiente)

Procede, para o ano de 2017, à identificação das águas balneares costeiras e de transição e das águas balneares interiores, fixando as respetivas épocas balneares, e à qualificação, como praias de banhos, das praias marítimas e das praias de águas fluviais e lacustres, em território nacional.

[Lei n.º 37/2017, de 02 de junho](#)

(Assembleia da República)

Torna obrigatória a avaliação de impacte ambiental nas operações de prospeção, pesquisa e extração de hidrocarbonetos, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente.

5. ASSUNTOS EUROPEUS

[Lei n.º 26/2017, de 30 de maio](#) (Assembleia da República)

Facilita o reconhecimento das qualificações profissionais e diminui os constrangimentos à livre circulação de pessoas, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e transpondo a Diretiva 2013/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro de 2013, que altera a Diretiva 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais e o Regulamento (UE) n.º 1024/2012, relativo à cooperação administrativa através do Sistema de Informação do Mercado Interno.

[Lei n.º 27/2017, de 30 de maio](#) (Assembleia da República)

Aprova medidas para aplicação uniforme e execução prática do direito de livre circulação dos trabalhadores, transpondo a Diretiva 2014/54/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

[Lei n.º 29/2017, de 30 de maio](#) (Assembleia da República)

Transpõe a Diretiva 2014/67/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços.

[Lei n.º 30/2017, de 30 de maio](#) (Assembleia da República)

Transpõe a Diretiva 2014/42/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, sobre o congelamento e a perda dos instrumentos e produtos do crime na União Europeia.

6. CULTURA

[Portaria n.º 179/2017, de 30 de maio](#) (Cultura)

Identifica os requisitos formais do formulário e os elementos instrutórios a apresentar pelos interessados nos procedimentos de mera comunicação prévia e de comunicação prévia aplicáveis, respetivamente, ao funcionamento dos espetáculos de natureza artística e instalação dos recintos fixos destinados à sua realização, previstos no Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14 de fevereiro, bem como à realização de espetáculos tauromáquicos, disciplinados pelo Regulamento do Espetáculo Tauromáquico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 89/2014, de 11 de junho.

7. EDUCAÇÃO

[Portaria n.º 183/2017, de 31 de maio](#) (Educação)

Altera a Portaria n.º 202/2001, de 13 de março, e aprova o novo Regulamento do Programa Férias em Movimento.

8. ENERGIA

[Lei n.º 31/2017, de 31 de maio](#) (Assembleia da República)

Aprova os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão.

9. FINANÇAS

[Lei n.º 22/2017, de 23 de maio](#) (Assembleia da República)

Altera o Código do Imposto do Selo, aprovado em anexo à Lei n.º 150/99, de 11 de setembro, clarificando o titular do interesse económico nas taxas relativas a operações de pagamento baseadas em cartões.

[Portaria n.º 169/2017, de 25 de maio](#) (Finanças)

Altera o anexo à Portaria n.º 302-A/2016, de 2 de dezembro - Regula a estrutura e conteúdo do ficheiro a utilizar para efeitos do cumprimento das obrigações de comunicação previstas nas alíneas b) e c) do artigo 17.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 64/2016, de 11 de outubro -.

[Lei n.º 28/2017, de 30 de maio](#) (Assembleia da República)

Revê o regime sancionatório do direito dos valores mobiliários [transpõe a Diretiva 2014/57/UE, do Parlamento e do Conselho, de 16 de abril de 2014, a Diretiva de Execução (UE) 2015/2392, da Comissão, de 17 de dezembro de 2015, e parcialmente a Diretiva 2013/50/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2013, e adapta o direito português ao Regulamento (UE) n.º 596/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, procedendo à alteração ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, e ao Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de outubro].

[Decreto-Lei n.º 53/2017, de 31 de maio](#)
(Finanças)

Altera o Código do Imposto sobre Veículos, desmaterializando as formalidades declarativas para todos os sujeitos passivos.

[Portaria n.º 180/2017, de 31 de maio](#)
(Finanças)

Aprova o novo modelo de declaração e respetivas instruções designado por Declaração de Títulos de Compensação Extrassalarial (Modelo 18), para cumprimento da obrigação referida no n.º 2 do artigo 126.º do Código do IRS.

[Portaria n.º 185/2017, de 01 de junho](#)
(Finanças)

Regula o decreto-lei relativo ao taxfree - simplificação dos procedimentos de reembolso de IVA aos viajantes.

[Portaria n.º 186/2017, de 01 de junho](#)
(Finanças)

Estabelece o Sistema de Incentivos à Eficiência da Despesa Pública.

10. JUSTIÇA

[Lei n.º 23/2017, de 23 de maio](#)
(Assembleia da República)

Altera (terceira alteração) a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alargando o período de proteção até aos 25 anos.

Lei n.º 24/2017, de 24 de maio
(Assembleia da República)

Altera o Código Civil promovendo a regulação urgente das responsabilidades parentais em situações de violência doméstica e procede à quinta alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, à vigésima sétima alteração ao Código de Processo Penal, à primeira alteração ao Regime Geral do Processo Tutelar Cível e à segunda alteração à Lei n.º 75/98, de 19 de novembro.

Decreto-Lei n.º 51/2017, de 25 de maio
(Presidência e da Modernização Administrativa)

Cria regime extraordinário de regularização matricial e registral dos bens imóveis pertencentes ao domínio privado do Estado e de outras entidades públicas.

Portaria n.º 170/2017, de 25 de maio
(Justiça)

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 280/2013, de 26 de agosto, que regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais.

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 3/2017, de 29 de maio
(Supremo Tribunal Administrativo)

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: A isenção de IMT prevista pelo n.º 2 do art.º 270.º do CIRE aplica-se, não apenas às vendas ou permutas de empresas ou estabelecimentos enquanto universalidade de bens, mas também às vendas e permutas de imóveis, enquanto elementos do ativo de sociedade insolvente, desde que enquadradas no âmbito de um plano de insolvência ou de pagamento, ou praticados no âmbito da liquidação da massa insolvente.

[Portaria n.º 178/2017, de 30 de maio](#)
(Justiça)

Cria o Balcão Único dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

[Portaria n.º 181/2017, de 31 de maio](#)
(Justiça)

Cria a certidão online de registo civil, definindo e regulamentando o seu âmbito, condições de acesso, prazo de validade e emolumentos devidos.

[Portaria n.º 182/2017, de 31 de maio](#)
(Justiça)

Regula o pedido online de certidão sobre a existência de testamentos públicos, instrumentos de aprovação, de depósito e abertura de testamentos cerrados e internacionais, escrituras de revogação de testamentos e de renúncia ou repúdio de herança ou legado, registados na Conservatória dos Registos Centrais.

[Lei n.º 32/2017, de 01 de junho](#)
(Assembleia da República)

Segunda alteração à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, primeira alteração à Lei n.º 37/2014, de 26 de junho, que estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital, e sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio, que aprova o regime legal da concessão e emissão de passaportes.

[Lei n.º 36/2017, de 02 de junho](#)
(Assembleia da República)

Garante o exercício dos direitos dos beneficiários das utilizações livres de obras, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março.

[Portaria n.º 188/2017, de 02 de junho](#)
(Justiça)

Regulamenta as comunicações por via eletrónica entre as conservatórias de registos e o Ministério Público, bem como a prática de atos processuais pelos magistrados do Ministério Público através de meios eletrónicos, em sede de regulação do exercício das responsabilidades parentais relativo a filhos menores ou de alteração de acordo anteriormente homologado.

11. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2017/A, de 01 de junho](#)
(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Cria a Central de Serviços Partilhados da Ilha de Santa Maria.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2017/A, de 01 de junho](#)
(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Primeira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2015/A, de 28 de outubro, que cria a Central de Serviços Partilhados da Ilha Graciosa.

- **MADEIRA**

[Decreto Legislativo Regional n.º 12/2017/M, de 22 de maio](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Altera (primeira alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2000/M, de 1 de setembro, que regula e garante o exercício do direito de iniciativa legislativa junto da Assembleia Legislativa Regional por parte de grupos de cidadãos eleitores recenseados na Região Autónoma da Madeira.

[Decreto Legislativo Regional n.º 14/2017/M, de 01 de junho](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Prorroga o prazo previsto no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 9/2015/M, de 2 de dezembro, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

12. SAÚDE

[Portaria n.º 168/2017, de 22 de maio](#)
(Saúde)

Estabelece a lista prioritária de aditivos contidos em cigarros e tabaco de enrolar sujeitos a obrigações reforçadas de comunicação, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto, na redação conferida pela Lei n.º 109/2015, de 26 de agosto.

13. SEGURANÇA SOCIAL

[Decreto-Lei n.º 48/2017, de 22 de maio](#)
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Altera a composição e o modo de funcionamento do Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social.

14. TRABALHO

[Decreto-Lei n.º 50/2017, de 24 de maio](#)
(Planeamento e das Infraestruturas)

Aumenta o limite de idade para o exercício de funções operacionais dos controladores do tráfego aéreo e a respetiva idade de reforma.

[Decreto-Lei n.º 52/2017, de 26 de maio](#)
(Mar)

Estabelece o alargamento do âmbito de apoio do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca e define a natureza social dos apoios prestados pelo Fundo.

[Lei n.º 25/2017, de 30 de maio](#)
(Assembleia da República)

Aprova o regime da valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, procede à segunda alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e à quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e revoga a Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro.

[Decreto-Lei n.º 53-A/2017, de 31 de maio](#)
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Altera o regime jurídico de proteção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem.

[Decreto-Lei n.º 54/2017, de 02 de junho](#)
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Cria a «cooperativa na hora».

CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro (Aprova o Código Penal)

Dados Gerais:

Análise Jurídica	Decreto-Lei n.º 400/82
Decreto-Lei n.º 400/82	
Dados Gerais	Decreto-Lei n.º 400/82
Informação Detalhada	Diário da República n.º 221/1982, 1º Suplemento, Série I de 1982-09-23
Guias Práticos	Tipo Diploma: Decreto-Lei
Newsletters Digesto	Número: 400/82
	Data Assinatura: 1982-09-23
	Entidade(s) Emitente(s): Ministério da Justiça
	Fonte: DIARIO DA REPUBLICA - 1.ª SERIE, Nº 221-Supl, de 1982-09-23, Pág. 3006-(2) - 3006-(64)
RESUMO	
Aprova o Código Penal. □	

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro (Aprova o Código Penal)

Aplicado por/Regulamentado por:

APLICADO POR/REGULAMENTADO POR		
Foram encontradas 2 associações.		
Data	Texto	Diploma
2009-09-16	LEI.112/2009.16.09.2009.AR, DR.IS [180] de 16.09.2009	Lei n.º 112/2009 - Diário da República n.º 180/2009, Série I de 2009-09-16
2006-07-26	LEI.32/2006.26.07.2006.AR, DR.IS [143] de 26.07.2006 (Código)	Lei n.º 32/2006 - Diário da República n.º 143/2006, Série I de 2006-07-26

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro (Aprova o Código Penal)

Modificações Sofridas:

MODIFICAÇÕES SOFRIDAS

Foram encontradas 47 associações.

1 2 3 4 5 > » Pág. 1 de 5

Data	Texto	Diploma
2017-05-30	Alterados os arts. 109.º, 110.º, 111.º (o último na redação da Lei 32/2010 de 02-set), 112.º, 127.º, 128.º e 130.º e aditado o art. 112.º-A ao cap. ix do título iii do livro i do Código Penal, aprovado pelo presente diploma, na versão republicada pela Lei 59/2007 de 04-set, pelo(a) Lei n.º 30/2017 ...	Lei n.º 30/2017 - Diário da República n.º 104/2017, Série I de 2017-05-30
2017-03-03	Alterados, a partir de 01.05.2017, os arts. 203.º, 204.º (na redação da Lei 19/2013 de 21-fev), 205.º, 206.º, 207.º (na redação da Lei 19/2013 de 21-fev), 209.º, 210.º, 211.º, 212.º, 213.º (na redação da Lei 19/2013 de 21-fev), 227.º, 231.º (na redação da Lei 19/2013 de 21-fev), 232.º, 233.º, 255.º	Lei n.º 8/2017 - Diário da República n.º 45/2017, Série I de 2017-03-03

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro (Aprova o Código Penal)

Modificações Produzidas:

Foram encontradas 41 associações.

Pág. 1 de

Data	Texto
1981-08-20	Revoga os artigos 3.º a 6.º da Lei n.º 24/81, de 20 de Agosto, DR.IS [190]
1979-05-16	Revoga os artigos 162.º e 165.º da Lei n.º 14/79, de 16 de Maio, DR.IS [112]
1979-02-22	Revoga o Decreto-Lei n.º 28/79, de 22 de Fevereiro, DR.IS [49]
1978-11-03	Revoga os artigos 53.º, 55.º, 57.º, 58.º, 61.º e 62.º da Lei n.º 69/78, de 3 de Novembro, DR.IS [253]
1978-01-09	Revoga o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/78, de 9 de Janeiro, DR.IS [7]
1976-04-23	Revoga o Decreto-Lei n.º 290/76, de 23 de Abril, DR.IS [96]

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro (Aprova o Código Penal)

Retificações:

RECTIFICADO POR		
Foram encontradas 4 associações.		
Data	Texto	Diploma
2007-10-31	Rectificado o n.º 2 do art. 152.º-A (no texto de alteração e na republicação do Código Penal) e o n.º 1 do art. 262.º e o n.º 3 do art. 373.º (ambos na republicação do Código Penal, constante da Lei 59/2007, de 04-Set ,que altera e republica o Código Penal, aprovado pelo presente diploma, pela DECL- ...	Declaração de Rectificação n.º 102/2007 - Diário da República n.º 210/2007, Série I de 2007-10-31
2004-06-05	Rectificado o art. 53.º da Lei 11/2004, de 27-Mar [na parte em que adita o n.º 2 do art. 368.º-A ao Código Penal, aprovado pelo presente diploma, revisto e republicado pelo Dec Lei 48/95, de 15-Mar] pela DECL- RECT.45/2004.05.06.2004.AR, DR.IS-A [132] de 05.06.2004	Declaração de Rectificação n.º 45/2004 - Diário da República n.º 132/2004, Série I-A de 2004-06-05

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro (Aprova o Código Penal)

Jurisprudência Associada:

Decreto-Lei n.º 400/82

Diário da República n.º 221/1982, 1º Suplemento, Série I de 1982-09-23

CAMPOS DE PESQUISA

Base de dados:

Supremo Tribunal de Justiça

Palavra Chave:

crime

 Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

250 resultado(s) encontrados

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	04/27/2017	190/07.1tcgmr.g1.s1	Joaquim Piçarra	Direito ao BOM NOME Direito à Imagem

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro (Aprova o Código Penal)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais (1):

Decreto-Lei n.º 400/82

Diário da República n.º 221/1982, 1º Suplemento, Série I de 1982-09-23


CAMPOS DE PESQUISA

Base de dados:


Tribunal Constitucional

Palavra Chave:

crime

 Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

250 resultado(s) encontrados

	05/12/1982	3KB	Processo Constitucional
---	------------	-----	-------------------------

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro (Aprova o Código Penal)

Pareceres da Procuradoria-Geral da República:

Decreto-Lei n.º 400/82

Diário da República n.º 221/1982, 1º Suplemento, Série I de 1982-09-23

CAMPOS DE PESQUISA

Base de dados:

Procuradoria Geral da República

Palavra Chave:

crime

 Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

250 resultado(s) encontrados

	Data Votação	Parecer	KB	1º Descritor	Relator
<input type="checkbox"/>	10/23/1998	P000541998	62kB	Serviço Militar	Henriques Gaspar
<input type="checkbox"/>		I000041986	2KB	Crime de Apartheid	Tavares da Costa

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão